

GÊNERO E POLÍTICA:

Lúcia Braga, do Assistencialismo à Projeção Pessoal

DAYANNY DEYSE LEITE RODRIGUES*

RESUMO

O assistencialismo, prática marcante da cultura política brasileira, é uma das características da atuação das primeiras-damas de diversos estados brasileiros. Estas, inclinadas a permanecer sempre num segundo plano de ação, fazem uso de tais práticas para legitimar o governo de seus esposos, corroborando com as estruturas de poder em vigor. No entanto, deve-se destacar que algumas primeiras-damas conseguiram ultrapassar essa fronteira de atuação, projetando-se enquanto protagonista no cenário político institucional. Esse é o caso de Lúcia Braga, política paraibana que por meio de sua atuação enquanto primeira-dama do estado durante os anos de 1983 a 1986, conseguiu adentrar o campo da política partidária, sendo eleita a deputada federal mais votada de seu partido, o PFL, em 1986. Dialogando com uma nova perspectiva de História Política, a qual enxerga o poder para além das esferas do Estado, este trabalho tem por objetivo discutir o assistencialismo como prática e estratégia política, tomando como base a atuação de Lúcia Braga. Como fontes, utilizou-se o livro autobiográfico da personalidade, *Tempo de Viver, tempo de contar*, e textos veiculados pela imprensa paraibana da década de 1980.

Palavras-chave: Assistencialismo; Primeira-dama; Política Partidária.

ABSTRACT

The welfarism, striking practice of Brazilian political culture, is one of the performance characteristics of the first ladies of several Brazilian states. These inclined to always remain in the background of action, make use of such practices to legitimize the government of their husbands, corroborating the power structures in place. However, it should be noted that some first ladies have overcome this border operations, projecting as a major player in the institutional political scene. This is the case of Lucia Braga, Paraíba policy through his role as first lady of the state during the years 1983 to 1986, managed to enter the field of party politics, being elected the most voted federal deputy of his party, PFL in 1986. In dialogue with a new perspective of political history, which sees power beyond the state sphere, this paper aims to discuss welfarism as practical and political strategy, based on the performance of Lucia Braga. As sources, we used the autobiographical book of personality, *live time, time count*, and texts conveyed by Paraíba press 1980s.

Keywords: Welfarism; First lady; Partisan Politics.

* Graduada em Licenciatura Plena em História – UFPB (2014). Aluna do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado), pela Universidade Federal da Paraíba.
E-mail: dayannydeyse@hotmail.com

A mulher na Política Partidária

Apesar das diversas mudanças vivenciadas nas últimas décadas, o espaço público ainda é a barreira mais difícil de ser ultrapassada pelas mulheres. Transpor esse espaço é questionar o âmbito privado, aquele do lar, destinado sempre a elas, é romper barreiras, é questionar o poder patriarcal. A história das mulheres e da sua participação nesses espaços, busca recuperar a trajetória daquelas que não aceitaram tal realidade e atuaram como protagonistas, e mesmo assim continuam sendo silenciadas pela historiografia tradicional.

Um dos espaços públicos ainda com uma participação discrepante em relação ao gênero é a política partidária. Contando com uma significativa maioria masculina em relação a presença feminina, este espaço é composto por uma série de regras, as quais aqueles ou aquelas que não se adaptam não conseguem adentrar ou permanecer nele. Para Bourdieu¹, aqueles que não possuem um conhecimento peculiar, ou capital cultural que no meio político se torna capital político, estão cada vez mais fadados a delegar representantes aparentemente aptos, ou profissionalizados, à realização da chefia política. Ou seja, ou se tem o conhecimento necessário e pertinente ao campo político para poder nele adentrar, ou lhes caberá o exercício de escolher seus representantes, que por ventura, devam ter determinados conhecimentos. Dessa forma, as mulheres tiveram que se adequar as regras do campo político, para se fazerem presentes no mesmo.

Com o passar dos anos, ultrapassando barreiras, vencendo obstáculos, e diversas vezes sendo usadas como forma de perpetuação de poder, muitas mulheres foram se fazendo presentes no campo da política partidária. A respeito do campo político Bourdieu (2011) destaca que tudo aquilo que é passível de ser pensado e falado politicamente é limitado pelas leis que regulam o campo da política. Nesse sentido, o autor entende por noção de “campo”, a conjuntura de relações entre as posições desempenhadas pelos agentes, de acordo com suas colocações nas distribuições e lutas de poder (diferentes tipos), sendo a existência dessas relações independente da consciência e intenção individual. Na mesma direção Rabay e Carvalho salientam que “a política é uma instituição corporativa de representação de interesses, com normas próprias de recrutamento e de treinamento político”².

Crescendo de forma gradual desde a conquista do direito ao voto em 1932, percebe-se um aumento significativo da participação feminina na política partidária a partir da década de 1980, momento em que o pela primeira vez, alguns partidos políticos passaram a inserir as bandeiras de lutas femininas em seus programas políticos. As primeiras eleições pós-ditadura ocorreram em 1986, momento em que a porcentagem de deputadas federais eleitas saltou de 1,8% para 5,3%. Aumento significativo tendo em vista que durante os anos de regime autoritário, a presença feminina não foi tão acentuada. Na Paraíba, na mesma eleição, Lúcia Braga, esposa de Wilson Braga, ex-governador do estado, foi eleita. Em 1998, foi realizada a primeira eleição em âmbito federal nas quais a cota por sexo já estava em vigor. Na referida eleição foram eleitas 29 deputadas federais em 18 dos 27 Estados da federação, o que significou uma baixa de 6,2% para 5,6% de mulheres eleitas no parlamento. “Na Paraíba, ainda em 2002, sete mulheres se candidataram a deputada federal e apenas uma se elegeu, Lúcia Braga”³.

Na esfera Estadual já em 1986, 28 mulheres foram eleitas para as Assembleias

1 BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

2 RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. *Mulher e Política na Paraíba. Histórias de vida e luta*. João Pessoa: Assembleia Legislativa da Paraíba: Editora da UFPB, 2010, p.33.

3 *Idem*, p.24.

Legislativas estaduais. Na Paraíba, Vani Braga, Irmã de Wilson Braga, ex governador paraibano, foi eleita pelo PDS. Em 1998, 23 mulheres disputaram o cargo de deputada federal na Paraíba, sendo sete eleitas. Glória Rabay e M^ª Eulina Carvalho ressaltam que, até hoje este foi o mandato estadual com maior número de mulheres na Paraíba. “No caso da Paraíba, a representação feminina vem diminuindo em relação a 1998, quando se elegeram sete deputadas estaduais; em 2002, foram seis; e, em 2006, quatro, num total de 36 vagas, o que representava 11,1% do total”⁴

Com essa acentuada atuação feminina no setor público eleitoral a partir da década de 1980 muitas demandas femininas foram reivindicadas, discussões colocadas em pauta e projetos em busca da igualdade participativa pensados. Após muitas reivindicações foi aprovado um sistema de cotas, por meio da lei 9.100 de 1995, que determinou uma cota mínima de 20% para as mulheres em todos os partidos políticos. Este dispositivo foi revisado em 1997, com a Lei n.º 9.504, que estendeu o percentual anterior para 30% e mantendo-o em todas as eleições seguintes. Vale salientar que os partidos e coligações não eram obrigados a preencher as vagas destinadas às mulheres, o que ocorreu na maioria das vezes.

O aumento da participação feminina na política partidária em todas as esferas é inquestionável, assim como a contribuição do sistema de cotas de gênero. No entanto, os resultados concretos mais perceptíveis são sentidos nos pleitos no âmbito municipal. Nas eleições municipais nota-se um ligeiro avanço das mulheres na participação política. Segundo os dados do TSE, crescendo de 171 (3,43%) prefeitas em todo o Brasil, em 1993-96, para a quantidade de 304 (5,48%) em 1997-2000. Em 2008 houve um salto, atingindo 9,8 das prefeituras brasileiras com o número exato de 505 prefeitas, número que cresceu ainda mais em 2012, com um total de 662 em todo o Brasil. No Nordeste, a participação política feminina é maior, apresentando um percentual mais elevado se comparado ao resto do país. Nessa região, o estado que mais elegeu mulheres foi a Bahia (64), seguido pela Paraíba (48), Maranhão (40), Ceará (33), Rio Grande do Norte (32), Piauí (28), Pernambuco (17), Alagoas (16) e Sergipe (10). Na Paraíba também é perceptível esse salto, pulando do percentual de 8,18% (14 prefeitas), em 1993-96, para 16,2% (34 prefeitas), em 2008-11. Esse número se elevou ainda mais em 2012, sendo eleitas 48 mulheres. De acordo com Blay, “na política local é mais fácil conciliar, um verbo crucial na vida de quase todas as mulheres. E, no caso trata-se de conciliar vida profissional, vida familiar e vida política, três universos altamente envolventes e de múltiplas demandas”⁵.

A participação das mulheres na política partidária se configura então como uma questão de cidadania, condição necessária num contexto de regime político democrático. Dessa forma, evidenciar, historiograficamente, a presença daquelas que se fizeram e/ou se fazem presentes no campo da política se mostra como algo relevante no ofício do historiador.

Lúcia Braga e Seus Caminhos Entre a Assistência e o Assistencialismo

Como foi exposto, embora a representatividade feminina seja discrepantemente menor que a masculina, estudos recentes como os de Lúcia Avelar⁶, Clarisse Garcia⁷,

4 *Idem*, p.25.

5 BLAY, Eva. *As prefeitas*. Rio de Janeiro: Avenir, 2015, p.69.

6 AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Centro de Estudos Konrad Adenauer Stiftung, 2001.

7 GARCIA, Clarissa. “As mulheres e as eleições municipais de 2004 no Nordeste” In: *Cadernos feministas de economia & política*. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, n.º. 2, 2005.

Glória Rabay e Eulina Carvalho⁸, apontam um aumento da participação feminina na política eleitoral, principalmente a partir da década de 1980. As estratégias utilizadas nesse processo de acessão ao mundo público, em especial ao cenário político, são muitos e das mais variadas. Dentre elas destacamos aqui as práticas assistencialistas. Estas, muitas vezes encontraram-se entrelaçadas com a atuação das primeiras-damas, que fazem uso de tais práticas para legitimar o governo de seus esposos, corroborando com as estruturas de poder em vigor. Desde a gênese do primeiro damismo no Brasil, o assistencialismo esteve presente entre o rol de suas práticas. Como destaca Iraldes Torres⁹.

No Brasil, as primeiras-damas sempre dirigiam instituições assistenciais governamentais, como a Legião Brasileira de Assistência - LBA e instituições filantrópicas, como a Central de Voluntários do Amazonas. Segundo o discurso oficial, essas instituições têm por finalidade o apoio e a promoção ao desenvolvimento das classes subalternas. Trata-se, na verdade, de uma prática associada à ideologia de benemerência, em que a figura da primeira-dama simboliza a bondade e a caridade para certos segmentos sociais¹⁰.

No entanto, deve-se destacar que tais práticas nem sempre se fixavam no âmbito do assistencialismo barato. Muitas vezes atuação de algumas primeiras-damas assumiram também funções junto a assistência social, legitimando mais a fundo suas ações. Mais pontualmente, ainda deve-se salientar que, por meio de suas ações, algumas primeiras-damas conseguiram ultrapassar essa fronteira de atuação enquanto coadjuvante, projetando-se enquanto protagonista no cenário político institucional.

Entretanto, ao contrário do que em princípio possa parecer, nem sempre tais atividades são subsidiárias ao poder local. Em alguns governos, o trabalho da primeira-dama constitui a principal ação no âmbito da assistência social. É dentro desses programas que as primeiras-damas passam a conquistar o seu próprio espaço, ou seja, aos poucos elas vão construindo poderes próprios que transcendem a mera expectativa do poder local no que tange sua visibilidade e propaganda¹⁰.

Esse é o caso de Lúcia Braga, política paraibana que, por meio de sua atuação enquanto primeira-dama do estado durante os anos de 1983 a 1986, conseguiu adentrar o campo da política partidária, sendo eleita a deputada federal mais votada de seu partido, o PFL, em 1986. Levando em conta tal singularidade, esse estudo discutirá o assistencialismo como prática e estratégia política, tomando como base a atuação de Lúcia Braga.

Antônia Lúcia Navarro Braga é uma conhecida política paraibana. A mesma principiou sua carreira na política institucional do ano de 1987, momento em que inicia seu mandato enquanto deputada federal, assumindo também funções constitucionais frente à Assembleia Nacional Constituinte, instalada no país no mesmo ano. Lúcia Braga é casada com Wilson Leite Braga, político paraibano, que, dentre os diversos cargos políticos que já ocupou, foi eleito governador da Paraíba em 1982. Durante o mandato governamental de seu marido, que se estendeu até 1986, Lúcia Braga, na posição de primeira-dama do estado, assume posturas e ocupa espaços que a projeta político e pessoalmente, fazendo com que a mesma lançasse candidatura à Câmara Federal.

Impossível realizar um estudo sobre a atuação de Lúcia Braga sem levar

8 RABAY & CARVALHO, *op.cit.*

9 TORRES, Iraldes Caldas. *As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder*. São Paulo: Cortez, 2002, p.24.

10 *Idem*, p.24-25.

em conta o teor assistencialista imbricado em suas práticas, principalmente em se tratando de sua performance entre os anos de 1983 a 1986, momento que, enquanto primeira-dama do Estado, assume a presidência da Fundação Social do Trabalho e desenvolve junto ao governo de Wilson, um protagonismo acentuado. Ponto de grande crítica, o assistencialismo carregado por Lúcia será analisado levando em conta alguns fatores, como a sua profissão de formação e sua posição de primeira-dama.

Formada em Serviço Social no contexto da década de 1950, quando o referido curso ainda carregava consigo uma metodologia assistencialista, Lúcia Braga realiza suas ações junto à Fundação Social do Trabalho (Funsat) embasadas nesse ideal. Vale destacar que apenas nas décadas de 1960/70, inicia-se um processo de mudança na profissão do serviço social, momento em que novos fundamentos teóricos metodológicos começam a ser discutidos e implantados no curso e na profissão. Adotando uma metodologia crítico-política, o Serviço Social, a partir de então, iniciara um caminho de ação junto ao social, que se institucionalizaria enquanto política por meio da Constituição de 1988. “A assistência social só adquiriu status de política pública a partir de 1988. E somente em 1993 é decretada e sancionada a Lei nº 8.742/93, denominada de LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social”¹¹.

Apesar dessa institucionalização ocorrer apenas no final da década de 1980, certa atenção dada ao social, não enquanto política pública, mas enquanto benemerência, é observável no Brasil desde o início da década de 1930. “No Brasil, a Liga das Senhoras Católicas e a Associação das Senhoras Brasileiras dão início a preparação de pessoal para trabalhar na assistência preventiva e no apostolado social, permitindo, dessa forma, o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social a partir da década de 1930”¹².

No Brasil, o Serviço Social nasce atrelado à necessidade da Igreja Católica em se fazer presente na sociedade que passara por um processo de laicização. Para não perder seu posto junto aos mais variados setores sociais, a igreja estende sua ação, se fazendo presente por meio de muitas instituições de cunho social, como as citadas acima. A esse respeito lamamoto destaca:

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicado, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influência e prestígios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procurou recuperar a postura contemplativa. Fortalece-se defensivamente, e, diretamente orientada pela hierarquia, procura organizar e qualificar seus quadros intelectuais laicos para uma ação missionária e evangelizadora na sociedade¹³.

Complementa lamamoto,

O Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador” O Processo de secularização e de ampliação do suporte teórico-científico da profissão ocorre sob a influência dos progressos alcançados pelas Ciências Sociais nos marcos do pensamento conservador, especialmente de sua vertente empirista norte-americana¹⁴.

11 *Idem*, p.23.

12 *Idem*, p.28.

13 LAMAMOTO, M.V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaios Críticos*. 15ed. São Paulo: Cortez, 1992, p.20.

14 *Idem*, p.23-24.

Repensando suas posturas frente às sociedades modernas caminhando à laicização, a Igreja Católica se contrapôs aos princípios do liberalismo e ao comunismo, apontando-os e encarando-os como ameaçadores a sua posição na sociedade. “O movimento de ‘reação católica’ respaldado em uma vasta rede de organizações difusoras de um projeto de recristianização da ordem burguesa, sob o imperativo ético do comunitarismo cristão, exorcizando essa ordem de seu conteúdo literal”¹⁵. Nesse contexto, a Igreja deixa de se contrapor ao capitalismo, tendo como foco o combate ao socialismo.

Nesse contexto, em meio a participação nacional na Segunda Guerra Mundial, no começo da década de 1940, teve início a atuação da Força Expedicionária Brasileira – FEB, que acabou servindo de pretexto para que o Estado “institucionalizasse” os serviços voltados para o social, por meio da fundação da Legião Brasileira de Assistência.

A primeira instituição pública na área da assistência social foi a Legião Brasileira de Assistência – LBA, criada em 1942 com o objetivo de trabalhar em favor do progresso do Serviço Social, ao mesmo tempo que procura canalizar e conseguir apoio político para o governo, através de sua ação assistencialista. A primeira presidente dessa instituição foi Dona Dercy Vargas, primeira-dama do Brasil à época e esposa do então presidente Getúlio Vargas¹⁶.

Também é nesse contexto que teria nascido o então primeiro-damismo. Em plena década de 1940, o Estado se viu obrigado a dar maior atenção aos problemas sociais, e a mulher do governante passa então a ocupar um papel estratégico nessa ação. Nasce aí a representação da figura da primeira-dama, enquanto aquela que deveria atuar junto à população, preocupada e defensora das causas sociais. A primeiro nome em torno dessa representação é o de Darcy Vargas.

Nesse caso específico do nascedouro do primeiro-damismo, há uma motivação política: o Estado brasileiro vê-se obrigado a forjar estratégias de enfrentamento dos problemas sociais que assumem sérios contornos nesse período da Segunda Guerra. Na verdade, o Estado lança mão dos valores femininos para sensibilizar a sociedade a intervir na chama ‘questão social’, dando impulso ao espírito filantrópico a partir de uma prática assistencialista, que marcaria a face da ação das primeiras-damas no Brasil. É assim que as atividades de filantropia/assistencialismo acabam determinando a identidade social das primeiras-damas, fato que parece difícil de depurar-se, posto que encontra-se arraigado ao imaginário social das classes subalternas¹⁷.

Essa atuação da primeira-dama tinha objetivos práticos e bem definidos. Com um modelo de dominação política pautada no assistencialismo, a atuação das primeiras-damas buscava legitimar a estrutura do poder local. Essa estratégia de dominação silenciosa e mascarada, fez com que algumas primeiras-damas atuassem efetivamente no desenvolvimento de ações sociais, tornando-se grandes colaboradoras dos governos de seus maridos. O caso de Lúcia Braga, exemplifica bem esse tipo de atuação, mas não é visto neste trabalho de forma tão instrumentalizada, tendo em vista que a mesma conseguiu, por meio de sua atuação, construir um capital político próprio projetando-se assim na política partidária.

Dito de outra forma, é possível supor que o poder estatal local apropria-se do trabalho das primeiras-damas para dar legitimidade a um processo político que se estabelece em meio à diversidade de forças antagônicas. Assim, utilizando-se dos atributos “femininos” de bondade, amor e doação, as primeiras-damas constroem uma base de sustentação política aos seus maridos, capaz de influenciar a visão dos usuários dos serviços sociais que constituem o alvo de ações sociais¹⁸.

15 *Idem*, p.20.

16 TORRES, *op.cit.*, p.29.

Idem., p.40.

18 *Idem*, p.21.

Dessa forma, é nítido o viés assistencialista nas práticas do primeiro-damismo brasileiro, que se institucionalizava principalmente por meio de suas atuações em órgãos governamentais ou filantrópicos. A ação ou apoio ao desenvolvimento social ficava então à cargo dessas primeiras damas. Como dito, só a partir da atual constituição brasileira, é que a assistência social adquiriu estatuto de política pública, tendo que deixar de lado o seu viés assistencialista, fato que na prática demorou, ou está demorando um tanto a se concretizar. Assim, “Pode-se dizer que a Constituição de 1988 representa um marco histórico na luta pela redefinição da assistência social como dever de Estado e direito dos cidadãos brasileiros, e um passo à frente no âmbito da cidadania, ainda que, logo em seguida passe por um processo de desmonte e de inversão da cidadania”¹⁹.

Porém, vale destacar que essa mudança metodológica ocorrida no seio do curso e da atuação do profissional do serviço social, não ocorreu de forma linear. Assim, a atuação de Lúcia Braga no início da década de 1980, parece ainda seguir uma “velha” forma de serviço social, descrita por ela em seu livro autobiográfico sem medo e sem culpa.

Às vezes era acusada pelos companheiros da Funsat de assistencialista, porque vivia procurando no calendário as datas que justificassem entregas de feiras como presentes comemorativos. Assim, cada família da periferia em miséria absoluta, cadastrada pela equipe social, recebia uma cesta básica na páscoa, no São João, no dia das mães, no dia das crianças e no natal. Era uma forma de amenizar a fome do povo, ao lado do trabalho de geração de emprego e renda e da conscientização que realizávamos, levando-os a uma visão crítica da sua realidade²⁰

Assistência e assistencialismo se confundiam, se correlacionavam. Mesmo antagonicas, estiveram presente nas ações de algumas primeiras-damas. No caso de Lúcia Braga, sim, essas duas práticas coexistiram, tornando, de certa forma, a atuação da então personalidade singular frente a outras atuações femininas na política, assim como de algumas primeiras-damas que a antecederam no Estado.

Cabe aqui uma compreensão sobre esse antagonismo entre assistência e assistencialismo. De acordo com Torres, o assistencialismo “trata-se de uma estratégia política que exclui o ser social do processo de participação política no seio da sociedade, promovendo uma cultura do silêncio e um comportamento de passividade a ordem”²¹. Entendida como um dos elementos fundamentais do populismo, tal prática permite que poder utilize-o enquanto estratégia política dentro de suas estruturas institucionais, forjando assim, a legitimação junto às classes menos favorecidas da sociedade. “O populismo possui a singularidade de obter o bom senso mediante a dominação principalmente pelo autoritarismo velado que se materializa na cooptação das forças antagonicas pela via do paternalismo do Estado”²². Ou seja, embasados numa política populista, as práticas assistencialistas serviriam para administrar e controlar os conflitos sociais emergentes, realizando concessões em troca de benefícios imediatos.

Já a assistência social, corroborando com Bobbio, “assume o caráter de política pública, como direitos dos cidadãos e que requer uma intervenção ativa do Estado, produzindo aquela organização dos serviços públicos de onde nasceu até mesmo uma nova forma de Estado, o estado social”²³.

Como dito, as duas práticas são observadas quando analisada a atuação

19 *Idem*, p.132.

20 BRAGA, Lúcia Navarro. *Tempo de viver, Tempo de contar*. João Pessoa: A União, 1996, p.87.

21 TORRES, *op.cit.*, p.175.

22 *Idem*, p.175.

23 BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p.72.

de Lúcia Braga junto à Funsat. Contando com a presença racional de técnicos e uma equipe qualificada, percebe-se assim uma tentativa de institucionalização do espírito filantrópico e assistencialista das ações sociais do governo por meio da Funsat, que apresentou uma série de programas bem definidos. “A ação social do governo deve ser submetida à orçamentação, ao controle social e à universalização de direitos, o que na prática, não se estabelece nas ações de benemerência”²⁴. Foi o que a Funsat tentou fazer, institucionalizando suas ações sociais por meio de respaldos governamentais.

O jornal *O Momento*, mesmo sendo de oposição, diversas vezes evidencia o trabalho da Funsat, a atuação de Lúcia Braga e os projetos por eles desenvolvidos. Em nota do governo, e periódico apresenta o seguinte texto:

A Funsat não foi criada para dar esmolas, nem distribuir enxovais, nem estimular a inércia. Sua prioridade é o social, tratado como problema de estrutura, e não como referência conjuntural. Sua clientela é a massa excluída dos bens sociais, os deserdados da seca e do desemprego. Mas ninguém desse contingente recebe divisão de renda da filantropia. Cada um dos emigrados da miséria passa a fazer parte de comunidades produtivas, capazes de construir sua própria casa e de realizar o seu próprio emprego²⁵.

A nota explícita a tentativa da construção de uma imagem da realização de um trabalho social pautado na assistência, e não no assistencialismo, expressando assim o reconhecimento das diferenças entre as duas práticas. No entanto, como a própria Lúcia afirma, sempre que permitido, a Funsat realizava doações alimentícias e até de materiais permanentes. Dizendo ela querer sanar as necessidades do povo, “esse tipo de encaminhamento dado à ação social no Estado, não só desequilibra o significado da assistência social como deve do Estado, como também promove a depreciação da pessoa humana, atingindo algo da maior importância na vida do ser social que é a dignidade e identidade social”²⁶.

Mesmo negando, de certa forma, o caráter assistencialista, Lúcia Braga, por meio da Funsat, afirmava seu intuito de humanizar as áreas periféricas.

Funsat objetiva humanizar periferia - Com objetivos específicos de humanizar as áreas periféricas, dar apoio às micro-indústrias e procurar minimizar o desemprego, a Funsat, aplicará técnicas desenvolvimento integrado em diversas comunidades, desde o litoral paraibano até as mais longínquas áreas interioranas do Estado²⁷.

A busca da humanização é mais uma característica de práticas assistencialistas, reafirmando o que boa parte da historiografia aponta. “Analisando a sociedade a partir do suporte da noção de comunidade, do princípio da solidariedade como base ordenadora das relações sociais, o Serviço Social alia a este universo teórico um outro elemento: a filosofia humanista cristã”²⁸. Dessa forma, observa-se que Lúcia Braga fez uso, entre os anos de 1983 a 1986, de práticas assistencialistas, embasadas na política populista de seu marido, legitimando a estrutura de poder existente junto os grupos periféricos do Estado, em especial da capital paraibana. No entanto, vale destacar que atribuir sua performance unicamente a esse ponto seria um equívoco. O primeiro-damismo impulsionou a projeção de política de Lúcia Braga, no entanto, sua atuação não poder ser vista como uma simples

24 TORRES, *op.cit.*, p.10-11.

25 Jornal *O Momento*, nº 535, 25 a 31 de março de 1984, p.01.

26 TORRES, *op.cit.*, p.186.

27 Jornal *A União*, Nº 63, 20 de abril de 1983, p 01.

28 IAMAMOTO, *op.cit.*, p.31.

participação instrumentalizada de legitimação do poder local, pautada no viés humanitário ou assistencialista. Ela assume, de fato, demandas sociais e políticas no âmbito do poder local.

Muitas vezes, o trabalho das primeiras-damas no âmbito da ação social é bem mais significativa que algumas ações governamentais, fazendo com que essas mulheres possam adquirir mais popularidade que os seus próprios maridos, fato que contribui para a legitimidade do poder local estatal junto às classes mais baixas, mas também as projetam para além daquela atuação. Esse é o caso da atuação de Lúcia Braga, que fazendo uso de diversas práticas assistencialistas legitimou o governo de Wilson Braga entre 1983 a 1986, mas conseguiu durante esse período construir seu capital político próprio, projetando-se ao cenário político partidário. A esse respeito, Torres destaca

não podemos compreender a representação de papéis das mulheres primeiras-damas apenas sob o ponto de vista da sua instrumentalização, como se essas mulheres fossem meros objetos de manipulação do poder local, isto é, não podemos concordar com a total anulação e subserviência do ser mulher frente à ordem dominante dos papéis sociais. Os tempos são outros. As mulheres estão construindo o seu próprio espaço, portanto não nos parece convincente atribuir absoluta subalternidade às primeiras-damas²⁹.

Atuando nos bastidores da política eleitoral, aos poucos, Lúcia Braga foi se colocando na esfera pública, operando como sujeito de decisão e peça fundamental na gestão de seu esposo, evidenciando grande potencial de liderança e poder de e persuasão juntos aos sujeitos com os quais trabalhou. Torres (2002) destaca que ações como essa “indicam que, gradativamente, as mulheres vão cavando espaços em lugares tradicionalmente ocupados pelos homens, havendo muitas vezes, certo deslocamento de papéis e de atores sociais, o que não significa dizer que haja um sinal conscientização de gênero³⁰.

Ultrapassando as barreiras do âmbito privado, Lúcia Braga adentra o espaço público demonstrando o quanto as relações de poder permeiam diversos espaços, dentre eles o cotidiano. A atuação de primeira-dama, pode então ser apontada em dois vieses. O primeiro seria aquele cuja performance de Lúcia serve de exemplo, ou seja, aquele que, servindo de espaço de construção de identidade social e capital político, pode ser a porta de entrada para os espaços públicos. No segundo viés, essa atuação de primeira-dama, intrinsecamente atribuída a figura feminina, pode interditar a participação feminina para além da esfera privada de atuação. “É interessante registrar que não existem situações de ‘primeiros-damos’. Estamos à frente de uma função considerada feminina o que, de certo modo, interdita a mulher como ocupante do cargo de dirigente pública eleita democraticamente. Neste caso parecer caber a ela se tão só acompanhante e não titular³¹.

Em estudo realizado sobre a representação das primeiras-damas no estado no Amazonas, Iraildes Torres destaca que “a pesquisa indica que as mulheres primeiras-damas estão construindo poderes próprios junto às classes subalternas, são espécies de micropoderes que elas vão conquistando no desempenho dos seus papéis sociais e nas relações que travam com os usuários dos serviços sociais. Os dados revelam que em alguns casos as mulheres primeiras-damas possuem mais popularidade do que o marido governante”³².

No caso paraibano, outras primeiras-damas exerceram importante papel de

29 TORRES, *op.cit.*, p.21-22.

30 *Idem*, p.22.

31 *Idem*, p.12

32 *Ibidem*.

legitimação do governo de seus maridos, Alice Carneiro, esposa de Ruy Carneiro, Glauce Navarro Burity, esposa de Tarcísio Burity, no entanto, no caso de Lúcia Braga, para além de legitimar a estrutura de poder estabelecida por seu marido Wilson Braga, ela conseguiu se projetar de fato na política partidária, sendo eleita em 1986 com um significativo contingente de votos oriundos das camadas periféricas da capital, aquela onde ela atuou de forma mais direta. A imagem de mãe dos pobres, atreladas a características como as de bondade, caridade, vocação para o social, colaboraram para a construção da política Lúcia Braga. Assim, fazendo uso dos micropoderes que lhes foram atribuídos entre os anos de 1983 a 1986, Lúcia Braga se legitima enquanto relevante personalidade política no estado paraibano.

A conquista desses poderes efetiva-se no cotidiano da sua prática social, isto é, no desempenho do seu papel no âmbito da esfera pública. Essas relações de poder materializadas em um prestígio social e em uma popularidade eivada de contradições, mas reconhecidamente importante para a legitimidade do poder local, faz com que as primeiras-damas vivam um momento singular em suas vidas, o que envolve uma dimensão simbólica e dá significado ao papel social que ora desempenham. A imagem social que se constrói em torno delas como mulheres abnegadas, vocacionadas e sensíveis às causas sociais também contribui para a aceitação e prestígio junto aos setores subalternizados para os quais são dirigidas as suas ações. Nessa perspectiva, o poder não aparece como um aparelho repressivo, mas como uma prática social de dominação e de espoliação dos usuários dos serviços sociais desenvolvidos pelas primeiras-damas, já que o paternalismo é, inexoravelmente, um instrumento de arrefecimento dos conflitos sociais e de manutenção do *status quo*³³.

É interessante observar que o governo tinha uma Secretaria de Serviços Sociais, e mesmo assim a maior parte das questões envoltas da assistência social ficaram a cargo da Funsat e de Lúcia Braga, dessa forma, mais uma vez deve-se destacar o grande peso da Fundação na sustentação da gestão Wilson Braga, que por meio dela conseguiu atingir uma crescente população periférica, atendê-los em partes, assim como controlá-los. Percebe-se no assistencialismo encabeçado por Lúcia Braga, a participação de senhoras da alta sociedade paraibana junto a suas atividades, que certamente, geram um sentimento de gratidão as estas mulheres. A Funsat por diversas vezes atuou em conjunto com outras secretarias, como a do trabalho, da cultura, a de ação social, e também com secretarias municipais. Além dessas parcerias, a Funsat também dialogou com outros segmentos de ação social não governamentais, como a LBA. Como mencionado, assistência e assistencialismo estiveram relacionados na performance de Lúcia Braga durante a gestão de seu marido Wilson Braga. A nota abaixo apresentada pelo Jornal *A União* evidencia o que foi dito.

A criação de um Conselho Estadual de Política de Emprego, como o fim de suprir a carência de capacitação profissional dos trabalhadores do Estado, foi o objetivo principal da reunião presidida por Dona Lúcia Braga, presidente da Fundação Social do Trabalho, envolvendo entidades treinadoras da mão-de-obra do Estado, como a Secretaria de Serviços Sociais, o Sine, Senai, LBA, Senac, Secretaria do Trabalho e Serviços Sociais do Município, Sesi, Ipep, Mobral, além de Centros Sociais Padre Dehon e Cordão Encarnado³⁴.

O assistencialismo de Lúcia Braga pode ser apontado além de sua atuação na Funsat. Estando à frente da Fundação, Lúcia assume mais um compromisso voltado para o social. Dessa vez, ainda no primeiro ano do mandato de seu marido, a então primeira-dama assume a coordenação do Programa Nacional do Voluntariado – Pronav. Nesse espaço, Lúcia atua de forma mais livre, mas sempre em diálogo com a LBA.

33 *Idem*, p.25.

34 Jornal *A União*, nº75, 04 de maio de 1983, p.12.

Dona Lúcia Braga, presidente da Fundação Social do Trabalho, ampliará suas atividades na área da assistência social. Ela vai assumir, no Estado, a coordenadoria do 'Programa Nacional do Voluntariado' – Pronav. Ontem ela reuniu-se com técnicos da Legião Brasileira de Assistência – LBA ao qual o programa é ligado, para inteirar-se de suas atividades na Paraíba. O Pronav mobiliza voluntários para participação efetiva nos serviços de apoio às comunidades carentes e, com uma conjunção às propostas da Fundação Social do Trabalho, poderão ser oferecidas melhores condições de vida às populações das áreas periféricas, segundo exposição de técnicos da Funsat, ontem durante reunião³⁵.

Campanha sobre construção, funcionamento e fiscalizar de creche, inspeção de hospitais, empreitada a favor de flagelados e desabrigados, assim com chamamento populacional em combate à seca e ao desemprego, foram realizados por Lúcia Braga nesse diálogo entre assistência e assistencialismo, por meio do tráfego entre a Funsat e o Pronav. Fato que não justifica tais ações, mas que merece ser lembrado é que,

a benemerência, com respaldo governamental, foi abolida pela Constituição de 1988 ao criar a assistência social como direito de seguridade, isto é, como proteção social. Há que se distinguir, fortemente, a assistência social de uma prática pessoal e até mesmo grupal para seu estatuto de política social. A LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social torna este trânsito muito claro ao defini-la como dever para o Estado e direito do cidadão à seguridade³⁶ (TORRES, 2002, p. 10).

Dessa forma, vale destacar que essa benemerência não foi algo particular do governo de Wilson Braga ou de sua esposa Lúcia. Diretamente relacionado as práticas políticas populistas, o assistencialismo foi uma prática de constante uso no decorrer da história política nacional e paraibana em especial. Apontamos como particular as formas de apropriação e uso do assistencialismo pela então primeira-dama do estado, Lúcia Braga, que por meio de sua atuação entre 1983 a 1986, conseguiu cumprir a dupla função de contribuir para a legitimação poderio local e a gestão de Wilson Braga, assim como construiu seu capital político que lhe serviu de respaldo no processo de entrada na política partidária paraibana.

35 Jornal *A União*, nº 95, 24 de maio de 1983, p.1.

36 TORRES, *op.cit.*, p.10.